

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**GUSTAVO ALBERTO ALBINO**

**OS ÍNDICES DE GOVERNANÇA E SUA RELAÇÃO COM O  
DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO BRASIL DE 1996 A 2021**

**CAMPINAS**

**2022**

**GUSTAVO ALBERTO ALBINO**

**OS ÍNDICES DE GOVERNANÇA E SUA RELAÇÃO COM O  
DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO BRASIL DE 1996 A 2021**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração na Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola Cristina Ribeiro de Oliveira

**PUC-CAMPINAS**

**2022**

**GUSTAVO ALBERTO ALBINO**

**OS ÍNDICES DE GOVERNANÇA E SUA RELAÇÃO COM O  
DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO BRASIL DE 1996 A 2021**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração na Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola Cristina Ribeiro de Oliveira

Campinas, de dezembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dra. Fabíola Cristina Ribeiro de Oliveira

Orientadora

---

Examinador/a

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313 Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

330.190981 Albino, Gustavo Alberto  
A336i

Os índices de governança e sua relação com o desenvolvimento: uma análise do Brasil de 1996 a 2021 / Gustavo Alberto Albino. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

60 f.: il.

Orientador: Fabíola Cristina Ribeiro de Oliveira.

TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas ) - Faculdade de Ciências Econômicas , Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento Econômico . 2. Crescimento. 3. Corrupção. I. Oliveira, Fabíola Cristina Ribeiro de. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração. Faculdade de Ciências Econômicas . III. Título.

CDD - 22. ed. 330.190981

Dedico este trabalho à minha mãe e meu eterno companheiro, Flupi (in memoriam), que me mostraram o verdadeiro sentido da vida, minha eterna gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a minha mãe, Ana, que sempre permitiu e garantiu que eu tivesse as melhores oportunidades desde meu nascimento, e não somente na vida universitária, a todos os momentos que foi mãe e pai e nunca cogitou dizer não para qualquer apoio que precisasse, que além de toda sua história, abriu mão de várias coisas por mim, e hoje posso dizer que essa formação e esse diploma seriam impossíveis sem a presença diária dela. Essa não é uma conquista apenas minha, mas sua também, mãe.

A minha orientadora e querida professora Fabiola Cristina Ribeiro de Oliveira, que me motivou através de suas aulas com toda sua experiência e pode me abrir um leque de oportunidades para a carreira profissional.

A toda minha família e amigos que estiveram comigo durante a trajetória acadêmica e contribuíram para a minha formação.

“Só quem tem cães pode entender o amor incondicional que eles oferecem e a dor imensa quando eles se vão.”

Marley e Eu

## RESUMO

ALBINO, Gustavo Alberto. **Os índices de governança e sua relação com o desenvolvimento:** Uma análise do Brasil de 1996 a 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

O desenvolvimento econômico e social foi por muito tempo associado a taxa de crescimento de um país ou seu PIB per capita, mas na atualidade esse conceito já não se associa somente a essa variável. Com isso, o objetivo do trabalho é investigar o impacto dos índices de governança (WGI) divulgados pelo banco mundial em uma análise dos principais indicadores de desenvolvimento, o IDH e o PIB, através da revisão bibliográfica dos indicadores e de alguns conceitos relacionados ao desenvolvimento, como os direitos fundamentais, a corrupção, a felicidade, a democracia, a estabilidade política e a eficiência de governo. Diante da análise estatística foram mostradas a correlação que o indicador do PIB tem com IDH, apresentando um resultado de 0,955. Além destes, foram feitos dois modelos econométricos para verificar o impacto das variáveis estudadas. Como resultado do modelo as variáveis explicativas escolhidas para serem relacionadas com o PIB e o IDH foram: Voz e Participação Popular, Estabilidade Política e Ausência de Violência e Terrorismo, Eficácia Governamental, Qualidade Regulatória, Estado de Direito, e o Controle da corrupção, o modelo final de regressão se deu pelos testes de Brusch Pagan e Hausman que definiram que o melhor modelo seria o de dados empilhados ou pooled. Através dessa observação, os resultados demonstraram que o crescimento do PIB tem uma relação direta com o índice de corrupção do país. No modelo econométrico de IDH, qualidade regulatória tem uma alta significância para o modelo, enquanto estado de direito é mais que significativa em ambos os modelos de IDH e PIB.

**Palavras-chave:** WGI; Crescimento; Corrupção



## ABSTRACT

ALBINO, Gustavo Alberto. **Governance indices and their relationship with development: An analysis of Brazil from 1996 to 2021**. Final Project. Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Economic and social development was for a long time associated with the growth rate of a country or GDP per capita, but today this concept is no longer associated only with this variable. With this, the work sought to investigate the impact of the governance indices (WGI) published by the world bank in an analysis of the main development indicators, the HDI and the GDP, through the bibliographical review of the indicators and of some concepts related to development, such as fundamental rights, corruption, happiness, democracy, political stability and government efficiency. In view of the statistical analysis, the correlation between the GDP indicator and the HDI was shown, with a result of 0.955. In addition to these, two econometric models were made to verify the impact of the variables studied. As a result of the model, the explanatory variables chosen to be related to GDP and the HDI were: Voice and Popular Participation, Political Stability and Absence of Violence and Terrorism, Government Effectiveness, Regulatory Quality, Rule of Law, and Corruption Control, the final regression model was based on the tests by Brusch Pagan and Hausman who defined that the best model would be the stacked or pooled data. Through this observation, the results showed that GDP growth has a direct relationship with the country's corruption index. In the HDI econometric model, regulatory quality has a high significance for the model, while rule of law is more than significant in both HDI and GDP models.

**Keywords:** WGI; growth; corruption

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do IDH no Brasil durante os anos de 1996 a 2021 .....	42
Gráfico 2 - Evolução do PIB no Brasil durante os anos de 1996 a 2021 .....	43
Gráfico 3 - Correlação entre as variáveis PIB x IDH .....	44
Gráfico 4 - Variações das médias das variáveis que compõem o WGI no Brasil de 1996 a 2021 .....	45

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de Indicadores de Governança do Brasil de 1996 a 2021.....	46
Tabela 2 - Determinantes do Desenvolvimento e Crescimento do Brasil segundo os modelos de dados em painel para os dados de 1996 a 2021 .....	47

## LISTA DE ABREVIACÕES

FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	ndice de Controle da Corrupção
IDH	ndice de Desenvolvimento Humano
IPC	ndice de Percepção da Corrupção
MQG	Mínimos Quadrados Generalizados
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SUS	Sistema nico de Saúde
UNDP	<i>United Nations Development</i>
WGI	<i>Worldwide Governance Indicators</i>

## SUMÁRIO

<b>ABSTRACT</b>	8
<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	16
1.1 Crescimento versus Desenvolvimento	16
1.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	22
1.3 Direitos fundamentais	26
1.4 Corrupção	28
1.5 Felicidade	31
1.6 Estabilidade política e democracia no desenvolvimento	33
1.7 Eficiência do Governo	35
1.8 Indicadores globais de governança - WGI	36
<b>2 QUESTÕES METODOLÓGICAS</b>	38
2.1 Apresentação do capítulo	38
2.2 Banco de dados e metodologia econométrica	38
2.2.1 Fonte de dados e descrição das variáveis	38
2.2.2 Modelagem econométrica	39
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	41
3.1 Resultados da estatística descritiva	41
3.2 Resultados do modelo econométrico	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	49
<b>REFERÊNCIAS</b>	51
<b>ANEXO</b>	55

## INTRODUÇÃO

Durante a década de 1920, importantes eventos mundiais ocorreram, como a revolução russa em 1917 e a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque na década seguinte, em 1929. Diante desse cenário, o economista Simon Kuznets criou um indicador para a renda nacional, o que veio a se constituir como o Produto Interno Bruto (PIB). Note-se que, as limitações desse indicador foram informadas pelo autor, já que os fatores de bem-estar e não econômicos não seriam tratados (NELSON; SILVA, 2017).

Não obstante, os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico passaram por mudanças ao longo do tempo, sendo amplamente debatidos pela literatura especializada. No início do desenvolvimento do pensamento econômico, esses dois conceitos foram tratados com o mesmo significado, ou ainda carregavam uma conotação de relação de causa e efeito. Porém as análises mais atuais, trazem de volta o debate, e colocam em prova as teorias que realizam a relação de que o crescimento leva ao desenvolvimento (SANTOS et al., 2017). Diante disso, se tratando de um conceito tão subjetivo, sempre foi acompanhado de falhas metodológicas e conceituais, não sendo capaz de apresentar realidades tão complexas mesmo com o melhor índice (DALBERTO et al., 2015).

No início da década de 1990, após várias tentativas de se medir o desenvolvimento humano, surge o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Índice este que estima a longo prazo o desenvolvimento de um país, através de três indicadores de desempenho: educação, saúde e renda.

Após sua criação, os métodos de cálculo de desenvolvimento do índice passaram a ser usados mundialmente, apesar de ainda haver muitas críticas, seja em relação às variáveis, ou à simplicidade do índice. Ademais, o IDH pode mostrar em nível mundial a realidade dos países e os classificar em faixas de nível de desenvolvimento (DALBERTO et al., 2015).

A partir do PIB é possível fazer análises entre países comparando seu grau de produção interna de bens e serviços em um determinado período da economia, e

quando dividido pela população, se chega ao PIB per capita. O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo (IBGE, 2021).

Não cabe analisar aqui os bens materiais e intelectuais que o Brasil produz e possui, mas sim como estes são retratados em sua gestão pelas instituições, através da participação que o governo tem na sociedade, estabilidade do estado, eficácia do governo, percepção da corrupção, entre outros, que afetam diretamente os índices de desenvolvimento humano (IDH) e o PIB gerado.

No século XXI, grandes críticas foram realizadas na questão de governança e sustentabilidade dos recursos naturais, como a falta de insumos e a escassez, maior expectativa de vida nos países e conseqüentemente o consumo ascendente, resultando em maiores resíduos e poluição do planeta. O desenvolvimento socioeconômico sustentável, é o fator base para a continuidade da vida no planeta.

A expressão *governance* surge a partir de reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial, tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente (DINIZ, 1995 apud GONÇALVES, 2005). Há também outros significados sobre governança como na área das finanças corporativas, que surge para a gestão de empresas privadas e otimização de seus processos.

O Worldwide Governance Indicators (WGI) criado em 1996 está agora estabelecido como um objetivo inicial de medidas que qualquer pesquisador ou político deve consultar. Coletado desde o ano de sua criação em mais de 200 países, mede a percepção de seis indicadores, a saberem: voz e responsabilidade, estabilidade política e ausência de violência, eficácia governamental, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção (CAETANO; ARAÚJO; KHAN, 2019). As informações são coletadas por vários institutos de pesquisa, através de um vasto número de entrevistados, seja em empresas, indivíduos ou especialistas, em países desenvolvidos e em desenvolvimento (MARTINS; ROSS, 2018).

Um desses indicadores, a corrupção, segundo o relatório do Banco Mundial (1992), ocorre em todos os países do mundo e isso causa prejuízos ao

desenvolvimento. Ela ocorre de diferentes formas, mas isso tende a se facilitar quando os recursos são escassos e os governos preferem que os mercados os aloquem, quando servidores públicos são mal remunerados, ou quando as regras são excessivas e generalizadas, além de se ter uma justiça fraca de punição. Há exceções em que países são corruptos e ainda conseguem promover o desenvolvimento, mas no geral ela apenas causa danos às esferas públicas de realizar o serviço de forma eficiente.

Desta forma, entender os determinantes de crescimento e desenvolvimento é a chave para entender a elevação do padrão de vida dos indivíduos ou sua estagnação. Diante desse quadro, os índices de governança serão analisados para estudar e dar resposta ao tema, WGI e sua correlação nas variáveis PIB e IDH, apresentando, se maiores índices de governança resultam em maiores níveis de desenvolvimento no país.

Para atender tal proposta, a presente monografia foi dividida nos seguintes capítulos: introdução, onde foi dado início ao tema sobre a questão do desenvolvimento e adentrando na discussão dos índices de governança. Em seguida, tem-se o capítulo 1, em que será aprofundado esse tema e será feita a revisão bibliográfica de temas como direitos fundamentais, felicidade, corrupção, democracia, que serão objetos para explicar o estudo. No capítulo 2, será apresentada a metodologia e os dados utilizados na pesquisa, e no capítulo 3, uma análise descritiva, assim como desenvolvimento do modelo econométrico ajustado, dando embasamento para as considerações finais do estudo.



## 1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esse primeiro capítulo abordará o viés socioeconômico deste trabalho, fazendo uma releitura dos conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico ao longo da história, tendo Amartya Sen como principal autor para embasar o percurso. Também serão estabelecidas algumas revisões bibliográficas acerca dos componentes que impactam o crescimento e desenvolvimento econômico, além de detalhar os indicadores de governança, como direitos fundamentais, corrupção, felicidade, estabilidade política e democracia e eficiência do governo.

### 1.1 Crescimento versus Desenvolvimento

O desenvolvimento econômico constitui a melhoria da qualidade de vida de uma população através de mudanças de estrutura sociais, econômicas e tecnológicas. Durante muito tempo, o conceito de acúmulo de capital ou capital *per capita* foi utilizado como medida do desenvolvimento. Contudo na década de 1950 os países que começaram a se industrializar, já não conseguiram o mesmo desenvolvimento dos países que se desenvolveram no início do século XX.

Apesar da palavra desenvolvimento possuir um significado intuitivo, ela necessita de conceitos teóricos e práticos para sua correta definição, pois assim como outros conceitos, possui um nível de conflito entre as visões ideológicas e teóricas. Até o último quartel do século XX, o conceito de desenvolvimento humano, por exemplo, era tratado como crescimento econômico. A renda era vista como uma *proxy* para o conceito de utilidade, sendo entendida como o estado de satisfação de um indivíduo mediante atendimento de suas necessidades e desejos (SANT'ANA, 2008 apud MARINO et al., 2016).

Na visão de Carneiro e Bagolin (2012), a definição de desenvolvimento econômico não tem um conceito formado e aceito por todos. Alguns pesquisadores definem desenvolvimento como um processo apenas econômico, quando um aumento no produto nacional resultaria no desenvolvimento. Alguns outros descrevem que o crescimento econômico é uma premissa, mas não suficiente, para haver

desenvolvimento, sendo este um processo complexo, multissetorial, que deve analisar as condições de vida e não somente contemplar a renda.

Conforme o debate sobre desenvolvimento se aprimorava, o conceito de industrialização ainda era adotado como medida de progresso social e econômico, não havendo ainda o consenso entre crescimento e desenvolvimento. No início do século XX, Schumpeter publicou uma teoria, introduzindo que para se levar ao desenvolvimento, o crescimento econômico seria uma vertente, mas não uma verdadeira necessidade (SANTOS et al., 2017). O crescimento econômico ocorre quando há um aumento na produção de bens e serviços de uma economia, referindo-se ao indicador do Produto Interno Bruto (PIB), tanto em níveis gerais quanto per capita.

A literatura sobre o crescimento econômico no longo prazo relaciona que o crescimento depende de algumas variáveis como: consumo, nível de investimento, gastos do governo, estoque de capital físico e humano, abertura comercial, progresso tecnológico, entre outros fatores. Entretanto, diversas teorias consideram outros fatores como essenciais ao crescimento econômico (ALMEIDA et al., 2013).

Sen (2010) fundamenta que o desenvolvimento é o precursor da expansão de liberdades, sendo que sem estas o ser humano é privado para se ter uma vida de melhor qualidade. Os indicadores de crescimento econômico como PIB ou renda podem levar a uma melhor liberdade, mas seu conceito é mais abrangente, pois a liberdade é ter a garantia do indivíduo ter acesso aos serviços públicos como saúde e educação, além dos direitos civis de participarem ativamente na esfera política.

Adicionalmente, segundo Sen (2010), o desenvolvimento é visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Pode-se chamá-los, respectivamente, o papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento.

Para Sen (2010), o fim primordial chamado de papel constitutivo está atrelado à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez e a morte

prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler, escrever, possuir capacidade analítica para cálculos, ter participação política e liberdade de expressão.

Para Sen (2010) os fins e os meios do desenvolvimento demandam que a perspectiva da liberdade seja considerada como primordial. Nessa perspectiva os indivíduos devem ter a isonomia de estarem envolvidos na conformação do seu destino e não apenas aceitar o processo dos programas de desenvolvimento. O estado e a sociedade garantem grande fortalecimento e proteção das capacidades humanas, mas são apenas sustentadores, devendo o indivíduo buscar a efetivação de suas liberdades. A liberdade como meio e fim do processo de desenvolvimento é fundamental nessa análise.

Diante da análise fundamental como um fim, essa se difere do argumento instrumental de que essas liberdades e direitos também podem contribuir muito eficazmente para o progresso econômico. Essa relação instrumental é igualmente importante, mas a relevância do papel instrumental da liberdade política como um meio para o desenvolvimento de modo nenhum reduz a importância avaliatória da liberdade como um fim do desenvolvimento (SEN, 2010).

De acordo com Sen (2010, p. 57).

Não se trata aqui meramente da óbvia inferência de que a expansão de cada tipo de liberdade tem de contribuir para o desenvolvimento, uma vez que ele próprio pode ser visto como um processo de crescimento da liberdade humana em geral, há muito mais na relação instrumental do que esse encadeamento constitutivo. A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos. Portanto, os dois papéis estão ligados por relações empíricas, que associam um tipo de liberdade a outros.

De fato, as transações econômicas têm grande impacto no crescimento econômico e são amplamente aceitas, mas muitas outras relações permanecem pouco reconhecidas, e precisam ser mais plenamente compreendidas na análise das políticas. O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão

de serviços sociais com custeio público, como educação, saúde e segurança que também possibilitam o crescimento econômico (SEN, 2010).

Um exemplo de crescimento econômico através do custeio público é o que ocorreu no Japão.

O exemplo pioneiro de intensificação do crescimento econômico por meio da oportunidade social, especialmente na área da educação básica, é obviamente o Japão. Às vezes se esquece que o Japão apresentava taxas de alfabetização mais elevadas do que as da Europa mesmo na época da restauração Meiji em meados do século XIX, quando a industrialização ainda não ocorrera no país, mas já se instalara na Europa décadas antes. O desenvolvimento econômico do Japão foi claramente muito favorecido pelo desenvolvimento dos recursos humanos relacionado com as oportunidades sociais que foram geradas (SEN, 2010, p. 61).

Sen (2010), discorda da ideia de que apenas países ricos são capazes de alcançar o rápido desenvolvimento.

Esta abordagem contrária — e na verdade abala — a crença tão dominante em muitos círculos políticos de que o “desenvolvimento humano” (como frequentemente é chamado o processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições da vida humana) é realmente um tipo de luxo que apenas os países mais ricos podem se dar. Talvez o impacto mais importante do tipo de êxito alcançado pelas economias do Leste Asiático, a começar do Japão, seja ter solapado totalmente esse preconceito tácito. Essas economias buscaram comparativamente mais cedo a expansão em massa da educação e, mais tarde, também dos serviços de saúde, e o fizeram, em muitos casos, *antes* de romper os grilhões da pobreza generalizada (SEN, 2010, p. 62).

O processo conduzido pelo custeio público não espera até que ocorram grandes elevações nos níveis de renda *per capita* real, diferente do crescimento econômico. Mas funciona dando-se prioridade à provisão de serviços sociais, particularmente, serviços de saúde e educação básica, os quais reduzem a mortalidade e melhoram a qualidade de vida, sendo o crescimento da renda um fruto desta ação no longo prazo. (SEN, 2010).

Sen (2010) indica que o país não necessariamente precisa esperar décadas de crescimento para se ter uma melhor condição econômica, de maneira que, o dispêndio público trata deste problema ao se expandir a educação básica e os serviços de saúde. A qualidade de vida pode ser em muito melhorada, sem precisar esperar as

economias pobres ficarem com alto nível de renda, apenas dispondo desses serviços sociais básicos, que são fundamentais para o crescimento.

Para Sen (2010), as variações na expectativa de vida relacionam-se às diversas oportunidades sociais que são centrais para o desenvolvimento, tais como políticas epidemiológicas, serviços de saúde, facilidades educacionais. Uma visão focada apenas na renda necessita de uma grande suplementação para que se tenha um alcance mais pleno do processo de desenvolvimento. Assim, esses contrastes têm uma relevância considerável para as políticas e revelam a importância do processo conduzido pelo custeio público.

De acordo com Yang (2010), o capital humano promove o desenvolvimento dos países. Assim a qualidade do trabalho influencia na qualidade do serviço público e no desenvolvimento econômico. Portanto, quando há qualidade do serviço em altos níveis e a economia está crescendo, isso ajuda na promoção de um alto nível de desenvolvimento humano.

Alguns Índices de acumulação de capital humano incluem taxas de alfabetização e número de matrículas nas escolas. Alguns estudiosos sugeriram relações entre esses indicadores e o nível econômico dos países. Um exemplo publicado pela UNDP (2006 apud YANG, 2010) demonstra que os países com alto nível de desenvolvimento humano tiveram rendas per capita 24 vezes maiores do que aqueles com menor desenvolvimento. Há também de provar que altos níveis de PIB per capita melhoram as chances de um desenvolvimento humano.

Um importante fator para o desenvolvimento econômico é a qualidade das instituições governamentais. As sociedades se tornam melhores e mais desenvolvidas a partir de governos eficientes. Governos que possuem maiores liberdades democráticas também apresentam altos níveis de desenvolvimento humano (VOLLMER; ZIEGLER, 2009, CHEN, 2008 apud YANG, 2010).

O processo de crescimento econômico claramente tem vantagens em relação ao processo de dispêndio público, podendo em última análise, oferecer mais, uma vez que há mais privações – outras que não a morte prematura, a morbidez acentuada ou o analfabetismo – que são muito diretamente vinculadas aos baixos níveis de renda (como vestir-se e morar de modo inadequado). Decerto é melhor ter renda alta e grande longevidade (e outros indicadores clássicos da qualidade de vida) do que

apenas bons resultados de indicadores de expectativa de vida. Esse é um aspecto que vale a pena ressaltar, pois existe o perigo de se convencer mais do que deveria com as estatísticas sobre expectativa de vida e outros indicadores básicos de qualidade de vida e não relacionar que maiores níveis de renda per capita melhoram o desenvolvimento (SEN, 2010).

Diante dessa análise de desenvolvimento, Carneiro e Bagolin (2012) afirmam que não há ainda nos dias de hoje uma definição única, nem uma fórmula pronta para atingir tal conceito, concluindo também que não se pode analisar o desenvolvimento econômico apenas por indicadores de crescimento econômico ou do PIB per capita.

Segundo Gaygisiz (2013 apud MARINO et al., 2016), a literatura econômica nos últimos anos mostra que as instituições exercem uma profunda influência no desenvolvimento econômico e em outras medidas de desenvolvimento. Para o autor, a governança desempenha um importante papel ao explicar as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico e social na comparação entre os países. As diferenças de governança influenciam a escolha não somente das políticas econômicas, mas também das políticas de saúde e educação e a qualidade desses serviços, os quais contribuem diretamente na pontuação do IDH dos respectivos países, como destacam Nelson e Silva (2017), a partir da criação do índice:

A partir da consolidação dessa reforma semântica para o desenvolvimento, constata-se que a desigualdade possui muitas faces e, dependendo das circunstâncias, algumas dessas tornam-se motivos particularmente importantes de inquietação e atenção para os formuladores de políticas. Em vista disso, o foco da atenção pública pode ser dirigido, em determinados períodos, ao aspecto da desigualdade que mais se apresenta como prejudicial ou ofensivo à concepção de justiça que se acredita. Esse pode ser a pobreza extrema, a riqueza exagerada, o status de determinados grupos, ou simplesmente uma distribuição de renda muito desequilibrada.

Para Renzi, Henz e Rippel (2019) muitos autores relacionam o processo de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, tendo em vista que toda produção seria benéfica aos agentes que participam desta, mas não de forma igualitária.

A ideia de crescimento econômico faz menção ao processo de metamorfose estrutural da economia e da sociedade, os quais ampliam os padrões de vida mediante progresso tecnológico e

acumulação de capital nos processos de produção. Já o conceito de desenvolvimento econômico incorpora a ideia de crescimento e adiciona as dimensões sociais, político-institucionais e ambientais. Tal conceito pode ser entendido como resultante do crescimento econômico adicionado aos progressos obtidos nas variáveis que representam a qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, o crescimento econômico deve ser autossustentado de modo a combater os problemas sociais dos países, tais como: miséria, desemprego, discriminação e desigualdades (RENZI; HENZ; RIPPEL, p. 67, 2019).

De acordo com Almeida et al. (2013) uma das vertentes mais difundidas nos últimos anos para explicar o crescimento econômico têm sido a teoria institucionalista, que é uma corrente do pensamento econômico com origem nos EUA no final do século XIX, impulsionada principalmente pelos escritos de Thorstein Veblen e, posteriormente, expandida por Douglass North (1973 apud ALMEIDA et al., 2013). Além dos componentes citados, a teoria institucionalista aponta a necessidade do fortalecimento das instituições para que possa haver crescimento sustentado no longo prazo. Sua abordagem concentra-se na compreensão do papel das instituições na moldagem do comportamento econômico.

## **1.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Para Guimarães e Jannuzzi (2005), a intensa atividade de pesquisa aplicada no final dos anos 1990 acerca dos indicadores sociais está certamente associada ao aprofundamento, no meio acadêmico, dos estudos sobre pobreza e exclusão social no contexto da crise e estagnação econômica nos anos 1980, que, desde então, passaram a disputar a centralidade do debate da agenda social com os estudos sobre desigualdade de renda e condições de vida, de origem mais antiga. Além disso, contribuiu para dinamizar a produção de trabalhos aplicados em indicadores sociais e políticas públicas, o interesse crescente do poder público em dispor de instrumentos técnicos para focalizar a ação social, em um quadro de recursos mais escassos e demandas públicas cada vez mais organizadas, no que o “Mapa da fome”, desenvolvido no final dos anos 1980 e início dos 1990, pode ser apontado como um dos marcos iniciais.

Segundo Mandú, Ferreira e Santos (2020) diante do contexto social, econômico e político no Brasil, busca-se identificar um instrumento que venha a contribuir com a

melhoria das políticas públicas governamentais, ou seja, as ações que o governo faz em benefício dos cidadãos. A utilização do IDH na mensuração do desempenho do lugar, seja país, estado ou município serve de termômetro para avaliar a eficácia das políticas públicas.

Note-se que, no IDH estão equacionados três sub índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medido por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do subíndice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). E por último, o sub índice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer (MANDÚ; FERREIRA; SANTOS, 2020).

Uma das características que têm sido relacionadas como interessantes do IDH, caberia destacar inicialmente que o reduzido número de dimensões utilizados na construção do índice tem servido para manter a simplicidade de seu entendimento, o que tem se constituído num fator muito importante de sua transparência e de simplicidade para transmitir seu significado a um público amplo e diversificado. Ademais, o IDH tem permitido a construção de modelos visuais que facilitam a comparação entre diferentes regiões ou diferentes momentos no tempo (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

Com a criação do IDH e sua devida importância para o controle dos indicadores econômicos, a Organização das Nações Unidas (ONU) pode mostrar aos representantes de muitos países emergentes, a proposição de que buscar crescimento não é sinônimo exclusivo de fazer aumentar o Produto Interno Bruto. Com isso, tem sido possível constituir um considerável debate internacional a respeito de que, pelo menos, a melhora das condições de saúde e educação da população também deve ser considerada parte fundamental do processo de desenvolvimento (SCARPIM; SLOMSKI, 2007).

É possível que a medida de qualidade de vida mais difundida, até o surgimento do IDH, tenha sido o PIB per capita. No entanto, conhecer o PIB per capita de um país ou região não é suficiente para avaliar as condições de vida de sua população, pois é



necessário conhecer a distribuição desses recursos e como se dá o acesso a eles (SCARPIM; SLOMSKI, 2007). Para garantir uma medida mais completa, o IDH foi criado, em 1990, pelos economistas Mahbub ul Haq e por Amartya Sen, laureado com um Prêmio Nobel (MANDÚ; FERREIRA; SANTOS, 2020).

A constatação de que o crescimento econômico não provocava, por si só, uma evolução no nível de qualidade de vida da população levou à busca de novas informações e indicadores que fossem capazes de melhor refletir a melhoria do bem-estar da população que o PIB *per capita*. Com efeito, ao longo do tempo, esse indicador demonstrou uma série de desvantagens, dentre as quais é possível destacar: a incapacidade de refletir a distribuição da renda interna em cada unidade territorial, o fato de ser sensivelmente afetado pela variação cambial e o seu caráter unidimensional, ou seja, não capta outros aspectos essenciais, tais como a educação, saúde, meio ambiente etc (GUIMARÃES; JANNUZZI, p. 75, 2005).

O Índice de Desenvolvimento Humano procura refletir, além da renda, mais duas características desejadas e esperadas do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população (expressa pela sua esperança de vida ao nascer) e o grau de maturidade educacional (que é avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino). A renda é calculada através do PIB real per capita, expresso em dólares e ajustado para refletir a paridade do poder de compra entre os países (MANDÚ; FERREIRA; SANTOS, 2020).

Cada fator possui uma fórmula utilizada, sendo que em 2010, estas variáveis sofreram atualizações e passaram a representar as seguintes estatísticas, educação: anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade, saúde: expectativa de vida ao nascer, e renda: Produto Interno Bruto per capita. Desde o surgimento do IDH alguns pesquisadores criticam quanto à metodologia construtiva do índice:

Neste sentido, Mahlberg e Obersteiner (2001 apud DALBERTO et al., 2015) identificaram duas correntes de críticas ao IDH, ainda relacionadas com aquelas feitas à renda nacional como forma de valorar o bem-estar. A primeira delas questiona a escolha dos indicadores que compõem o índice, enquanto o segundo grupo de pesquisadores afirma que o IDH falha em medir a real condição de vida de uma sociedade, uma vez que importantes aspectos do desenvolvimento não são levados em consideração, tais como a situação ambiental, a distribuição de renda e a estabilidade política (DALBERTO et al., p. 341, 2015).

Segundo Scarpim e Slomski, (2017), o progresso de um país não pode ser mensurado apenas pelo dinheiro que seus cidadãos possuem (ou carecem), mas também pela sua saúde, a qualidade dos serviços médicos e a educação. Essas medidas devem ser consideradas não só pela disponibilidade, mas também pela qualidade. Além disso é necessário conhecer as condições de trabalho, de quais direitos legais e políticos usufruem seus cidadãos, que liberdades possuem para conduzir suas relações sociais e pessoais, como se estruturam as relações familiares e entre os gêneros e como tais estruturas promovem ou dificultam outros aspectos da atividade humana.

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região (MANDÚ; FERREIRA; SANTOS, 2020).

A utilização do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) como indicativo para alertar e publicar a situação econômica e social do país, estado ou município teve uma contribuição determinante no crescimento ou desenvolvimento regional, pois é gerada uma expectativa em volta dos indicativos do IDH e quando o resultado fica abaixo do esperado, existe toda uma pressão social voltada para a melhoria do índice que é de conhecimento de todos. Desde quando o IDH foi instituído, as regiões que estavam em péssimas condições tiveram melhoras significativas nos seus índices, porque a sociedade de certa forma faz pressão para melhoria daquela localidade, as variáveis são de acesso público e condicionante para demonstrar que houve fragilidade na administração pública, o gestor público tem preocupação em melhorar os índices porque, ele sabe que vai ser cobrado e avaliado (MANDÚ; FERREIRA; SANTOS, p. 96, 2020).

De acordo com Mandú, Ferreira e Santos (2020), a aplicabilidade do índice IDH nas políticas públicas demonstra que o gestor deve trabalhar no sentido de melhorar as variáveis que o compõem, porque existem meios de acompanhar a arrecadação da localidade e como o gestor público está administrando esses recursos, que atrelado à lei de responsabilidade fiscal, à transparência e fiscalização dos órgãos responsáveis, à opinião pública através da mídia, pode deixar evidente a má administração governamental. São evidências que estão alertando o gestor público, ele sabe que se utilizar das políticas públicas apropriadas e tendo como indicativo o IDH que analisa aspectos como educação, renda, saúde (longevidade) são

determinantes para melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, o desenvolvimento da localidade que governa.

### **1.3 Direitos fundamentais**

O simples fato do nascimento já é considerado um direito à dignidade humana. Conforme Oliveira (2017), os direitos fundamentais são os principais pilares do constitucionalismo moderno e da democracia. Segundo o autor, os direitos fundamentais possuem diversas vertentes, como o direito natural, direitos do homem, direitos universais, liberdades públicas, liberdades fundamentais, direitos de personalidade, direitos fundamentais do homem, assim como diversos outros, porém todos seguindo a mesma essência.

De acordo com Oliveira (2017, p. 292) os direitos conferem uma modificação ao longo do período histórico e o modo que se consolidam na sociedade.

No panorama brasileiro, há que se salientar que os trabalhos assembleares que precederam a elaboração da nova Constituição, assim como o seu próprio texto, comprovam que, após o período ditatorial vivenciado, os direitos fundamentais, de modo inédito, foram elevados ao patamar de sustentáculo da nova ordem que se inaugurava. Em clara e indiscutível resposta aos chamados anos de chumbo, o ordenamento jurídico brasileiro, definitivamente, aderiu ao protagonismo dos direitos humanos/fundamentais como escudo face às arbitrariedades estatais.

Para o autor, os direitos fundamentais são dinâmicos e estão em constante evolução para acompanhar o desenvolvimento do homem, ampliando e aperfeiçoando-se na medida em que a dignidade humana o exige para efetivação das necessidades do ser humano. Sendo assim, a proteção desses direitos é fundamental para não bloquear a evolução humana (OLIVEIRA, 2017).

Essa evolução dos direitos humanos, teve o que se chamou de dimensão ou geração dos direitos fundamentais, somando-se novos direitos aos já consagrados. Durante uma conferência em 1979, o francês Karel Vasak (1979 apud OLIVEIRA, 2017), propôs os três princípios nas diferentes estruturas dos direitos humanos, ou as ideias da revolução francês, liberdade, igualdade e fraternidade.

Sendo assim, afirmou-se que a primeira geração de direitos deu ênfase à liberdade a partir da ideia da autonomia individual e da abstenção do Estado, já na segunda geração, dos direitos sociais o destaque recaiu sobre os valores da igualdade, e, na terceira geração, há a evidência na fraternidade e na solidariedade (típica dos direitos coletivos metaindividuais e transindividuais (OLIVEIRA, 2017, p. 294).

Os direitos de primeira geração, a partir dos anos 1700, foi responsável por consagrar o constitucionalismo ocidental, conquistados pelo homem após um longo período absolutista, e não concebido pelo estado. As revoluções francesa e americana do século XVIII caminharam em prol de reivindicação dos direitos individuais de liberdade, reduzindo o poder do Estado sobre o indivíduo. Com a consolidação desses direitos sociais e políticos ficou vedado o poder do estado sobre a vida particular como a propriedade e liberdade do cidadão (OLIVEIRA, 2017).

O positivo desfecho de se limitar o poder do estado passou com o tempo a apresentar aumento da desigualdade social, já que este ficou meramente a uma ideia do *laisser-faire laisser-passer*, ficando de fora do meio social. A revolução industrial e a crescente transformação das ondas sociais com o aumento populacional e a desigualdade econômica, fez com que o estado impusesse a justiça social, representada pelos direitos humanos de segunda dimensão (OLIVEIRA, 2017).

Neste contexto é que se vislumbraram os direitos da chamada segunda dimensão, direitos sociais, econômicos e culturais, ou direitos de prestação, que pressupõe uma conduta ativa e atuante do Estado junto à sociedade, tais como o direito ao trabalho (e tudo que ele engloba, como salário-mínimo, descanso semanal remunerado, jornada de trabalho etc.), a seguridade social, a segurança, o lazer, moradia (OLIVEIRA, 2017, p. 297).

Os direitos de terceira dimensão são aqueles preocupados com a coletividade dos indivíduos, no final do século XX, em que as relações de consumo e produção foram massificadas, houve a necessidade de atender o bem coletivo, integrando no conjunto os direitos de ordem solidária e fraterna. Neste período, foi dada a atenção aos direitos de caráter ambiental, defesa do consumidor, autodeterminação dos povos para progresso e desenvolvimento, patrimônio comum à sociedade como um todo, histórico e cultural (OLIVEIRA, 2017).

Fala-se em um direito fundamental à impunidade. Tal conceito se norteia pelo fato de considerar que a insuficiência numérica e logística

do sistema de defesa e controle social, os poucos recursos humanos, a morosidade na prestação jurisdicional, a fragilidade legislativa, o grande rol de benefícios processuais aos acusados em geral (liberdade provisória, transação penal, conciliação penal, sursis, suspensão processual, livramento processual, saída temporária, delação premiada, detração penal, remição penal, indulto, anistia, perdão judicial, prisão como extrema ratio da última ratio), tudo isso em detrimento social, a ausência de espírito comunitário de grande parte dos agentes públicos e o comportamento extremista de pseudo-operadores do direito levam a concretização do direito à impunidade (OLIVEIRA, 2017, p. 304).

Todavia, para o autor isso se contradiz à sistemática do conjunto de ordenamentos jurídicos, o qual impede a impunidade, não sendo correta citá-la como um direito fundamental, tratando-se apenas como uma crítica ao cenário atual.

Diante do estado, falar em direito fundamental da correta administração pública, estaria negligenciando os direitos de segunda dimensão, que já impõe uma participação ativa por parte estatal. Com efeito, o contratualismo impõe a confiança do cidadão que o estado protegerá e utilizará os recursos de modo a promover o bem-estar social. Contudo, constantemente se observam escândalos que envolvem a máquina pública, emanando o direito de uma eficiente administração pública para solução dos problemas (OLIVEIRA, 2017).

#### **1.4 Corrupção**

A corrupção é um complexo fenômeno social, político e econômico que afeta o desenvolvimento de todos os países do mundo, em maior ou menor grau, seja em regimes autoritários ou democráticos, e em todos os sistemas econômicos (HAYASHI, 2012).

De acordo com Hayashi (2012) o tema começou a ser discutido mundialmente quando os organismos internacionais passaram a divulgar estudos empíricos voltados a auxiliar na prevenção e no combate à corrupção, mediante a sua mensuração, análise de suas possíveis causas e a criação de diretrizes de boa governança, com destaque para o Banco Mundial e a organização não governamental Transparência Internacional – TI.

A corrupção é o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social no mundo. A cada ano, US\$1 trilhão são gastos em subornos, enquanto cerca de US\$2,6 trilhões são desviados pela corrupção – uma soma equivalente a mais de 5% do PIB mundial. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estima que nos países em desenvolvimento a quantia de fundos desviados de seus destinos pela corrupção é 10 vezes superior ao destinado à assistência oficial para o desenvolvimento. Mas a corrupção não se limita apenas a roubar fundos das áreas em que eles são mais necessários; ela também leva a um governo fraco que pode, por sua vez, estimular redes de crime organizado e promover crimes como o tráfico de pessoas e de armas, o contrabando de migrantes, além da falsificação e do comércio de espécies ameaçadas de extinção (UNODC, p. 1, 2013).

Para Ramalho (2006) as práticas de corrupção sempre partem por intervenção do estado na economia, sendo que as políticas que podem evitar esse comportamento se dão por uma maior liberalização do mercado, maior estabilização econômica, eficiente regulamentação dos setores e privatizações, entre outros.

Ramalho (2006) sintetiza que além da corrupção prática na esfera pública por conta do servidor, também estão presentes no setor privado as práticas de: restrições ao mercado externo, como taxações aos produtos importados, baixos salários que são estimuladores a buscar renda alternativa, recursos naturais, regulamentação, processo de licitação pública, desigualdade de direitos e social, sistema político.

A corrupção pode prejudicar seriamente o desempenho econômico de um país. Entre uma série de problemas, a corrupção afeta as decisões de investimentos, limita o crescimento econômico, altera a composição dos gastos governamentais, causa distorções na concorrência, abala a legitimidade dos governos e a confiança no Estado. Por meio desses fatores, a corrupção compromete a competitividade do país, na medida em que aumenta o custo do investimento produtivo e prejudica a estabilidade do ambiente de negócios (FIESP, 2010).

Observa-se que países com maior efetividade do governo e maior eficácia das leis, relacionam-se com menores níveis de corrupção percebida do país. Elevada burocracia e a fragilidade das instituições reduzem a eficiência da administração pública brasileira, o que, aliado à baixa eficiência do Sistema Judiciário, refletem o fraco desempenho institucional do Brasil e resultam em baixos índices de governança, compatíveis com o nosso nível de corrupção percebida. Também não é possível descartar que níveis mais elevados de corrupção percebida estão associados a maior risco do país. Além de prejudicar a estabilidade do ambiente de negócios, ao reduzir a atratividade do investimento produtivo, a corrupção gera consequências negativas

sobre o nível do PIB per capita, índices sociais de desenvolvimento como o IDH, a competitividade e o potencial de crescimento da economia (FIESP, 2010).

Experiências em diversos países ressaltam quatro áreas cruciais para a qualidade do crescimento: maior acesso à educação, proteção do meio ambiente, gestão dos riscos globais e melhoria da qualidade de governo. Porém, é verificado um investimento mínimo em capital. O acesso igualitário à boa educação é fundamental para a definição da qualidade do crescimento. Quando se deixa de realizar investimentos na área da educação, isso priva milhões de pessoas da oportunidade da mudança de vida, muitas vezes levando para práticas ilícitas e ilegais para obtenção de renda alternativa para si (RAMALHO, 2006).

O resultado do estudo de Ramalho (2006) demonstra que países com maiores investimentos na área da educação, possuem menores índices de corrupção e a provável consequência dela se dá em maiores níveis de investimento e crescimento econômico.

Segundo o estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2010) o custo médio da corrupção no Brasil é estimado entre 1,38% a 2,3% do PIB, isto é, de R\$ 41,5 bilhões a R\$ 69,1 bilhões em reais no ano de 2008.

Se o dinheiro, que é desviado para a corrupção, fosse aplicado na educação, estima-se que a rede pública seria capaz de atender mais 16,4 milhões de alunos do ensino fundamental (um aumento de 48%), chegando a um total de quase 51 milhões de alunos. Se, por outro lado, for mantido o número de alunos atendidos, com os recursos desviados para a corrupção seria possível aumentar o gasto médio por aluno de R\$ 2.236 para R\$ 3.302 (FIESP, 2010).

Em outro exemplo, o orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2007 foi de aproximadamente R\$ 41,3 bilhões. Com este montante, o SUS mantém 367,4 mil leitos de internação. Se o montante médio anual gasto com a corrupção no Brasil fosse aplicado à saúde, seria possível manter mais 327 mil leitos, chegando a um total de quase 700 mil leitos de internação (FIESP, 2010).

A partir de 1996 foi criado o Índice de Controle da Corrupção (ICC), pelo banco mundial, que calcula todos os anos este e mais cinco indicadores de governança, para centenas de países. Outra apresentação de mensuração é o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), calculado pela Transparência Internacional, avaliando 180 países desde 1995 (FIESP, 2010).

Neste último índice, cada país recebe uma nota de zero (país muito corrupto) a 10 (país pouco corrupto). Entretanto, é importante considerar duas ressalvas com relação a este indicador. Primeiro, o IPC é um índice subjetivo, pois é baseado em pesquisas de opinião de um conjunto de empresários e instituições acerca de suas percepções sobre práticas corruptas. Segundo, por ser subjetivo, um determinado valor do indicador em dois países não representa necessariamente a mesma dimensão de corrupção percebida nesses países (um IPC de três para o país A, por exemplo, não representa necessariamente a mesma corrupção percebida de um indicador três para o país B) (FIESP, 2010).

### 1.5 Felicidade

O estudo da felicidade ainda se encontra pouco desenvolvido no panorama brasileiro, porém, tem muita utilidade nas políticas governamentais. Através do estudo desta temática pode-se verificar o impacto dos custos sociais nas políticas públicas, trazendo o resultado do efeito líquido nas utilidades individuais (felicidade) (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006). Os autores descrevem que são comumente utilizados *trade-offs* no campo econômico como exemplo a relação de inflação e desemprego.

As medidas da felicidade consistem numa nova maneira de avaliar os efeitos de mudanças no gasto do governo, por exemplo. Este problema tem sido abordado frequentemente através da análise da relação custo-benefício de tal política. O benefício é visto como a disposição marginal do beneficiado pela política de pagar por ela, que é mais adequadamente medido em *surveys* populacionais. Este método pode, então, ser complementado por simulações feitas com funções micro econométricas de felicidade com um grande número de determinantes que permite a avaliação dos efeitos de políticas extensivas de gastos (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006, p. 535).

Segundo Corbi e Menezes-Filho (2006), o estudo dos determinantes da felicidade explica alguns paradoxos comumente discutidos na sociedade. Um desses exemplos é que após a Segunda Guerra Mundial, a renda da maioria dos países ocidentais se elevou drasticamente, enquanto que as medidas de bem-estar subjetivo mantiveram-se as mesmas ou com pequenas quedas durante o tempo analisado. Além disso, esses trabalhos também apontam que o emprego durante muitos anos, apesar de ter sido visto como um fardo para as pessoas, impacta significativamente



no bem-estar. As pesquisas mostram que após a perda do emprego, mantendo o mesmo nível de renda, ainda causa grandes quedas no nível de felicidade.

A felicidade não se tem uma simples maneira de ser medida assim como peso, altura e pressão dos indivíduos, a partir dos anos 60, começou-se a levantar questões metodológicas acerca das entrevistas e questionários para determinar o bem-estar subjetivo dos indivíduos. Isso não desqualificou o tipo de estudo, já que foi um avanço na aproximação do entendimento da felicidade (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006).

Esses questionamentos levaram a críticas, já que cada pessoa define o seu próprio conceito de bem-estar, tornando a comparação inviável. Contudo, a resposta é comum a maioria dos indivíduos de todo mundo, com preocupações sobre a vida familiar, saúde, situação financeira e emprego. Assim, a comparação entre indivíduos de grupos diferentes, como classes sociais se torna viável de comparação diferente de dizer que é possível se comparar a felicidade entre duas pessoas (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006).

O dinheiro traz felicidade? Para Corbi e Menezes-Filho (2006) pessoas com maiores níveis de renda, têm melhores oportunidades, aumentando a chance de alcançarem o que almejam, utilizando de bens materiais e serviços para maximizar sua utilidade. Com isso, teoricamente os pobres são mais infelizes. Para as pessoas mais ricas, o bem-estar subjetivo é maior, portanto, o dinheiro realmente traz felicidade.

As variáveis felicidade e renda apresentam correlação positiva significativa, mas apenas estas não estabelecem relação de causalidade. Rendas mais altas podem não trazer felicidade para os indivíduos, e sim pessoas mais felizes possuem mais dinheiro pelo trabalho de empreender, sendo a relação de causalidade da renda para felicidade. Diversas razões podem explicar por que o aumento da renda não é fator direto do aumento da felicidade, mas certamente a mais importante é o fato que as pessoas fazem comparações entre si (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006).

De acordo com a pesquisa feito por Corbi e Menezes-Filho (2006), com base nos dados da *World Values Survey*, indicam que o bem-estar subjetivo aumenta com a renda, no entanto, a renda apresenta uma relação côncava com a felicidade, tendo grande correlação positiva com a felicidade de países pobres, enquanto pouco influencia no bem-estar de países ricos.

Essa visão inicial, entretanto, pode ter valor limitado. Tal correlação positiva pode ser produzida por outros fatores. Por exemplo, países com renda mais elevada tendem a possuir democracias estáveis e, sendo assim, o bem-estar elevado pode derivar-se da condição de governos com democracias mais avançadas. Outros exemplos são: quanto maior a renda, melhor a saúde da população e mais respeitados os direitos humanos. Dessa forma, estes fatores podem contribuir para níveis de bem-estar mais elevados (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006 p. 524).

Segundo Corbi e Menezes-Filho (2006), a perda do emprego causa doenças como depressão e ansiedade, além da autoestima, levando ao custo social. Os indivíduos denominados como *workaholics* quando perdem o emprego tendem a sentir muita falta. O grupo dos desempregados apresentam taxas de mortalidade, suicídio e tendência ao álcool mais altas. Dessa forma, como nas sociedades o emprego define o lugar social do indivíduo, o custo social pode se originar deste descrédito atrelado ao desemprego.

## **1.6 Estabilidade política e democracia no desenvolvimento**

A questão de a democracia estar associada ao fator de crescimento econômico, pode estar ligada ao tipo de modelo institucional dos diferentes regimes democráticos, como são os casos das instituições para alavancagem do desenvolvimento, já que países de modelo autocrático dependem de um líder preocupado com essa pauta. A democracia também tem o intuito de observar aqueles que detêm o poder, permitindo aos cidadãos exercerem o direito de preferência, comunicando a quem está no governo (MARTINS, 2009).

Diante disso, tratar da qualidade das instituições é essencial no processo de realizar as demandas dos cidadãos com as melhores garantias que terão um processo de desenvolvimento por parte do poder público. A democracia também exerce uma coerção dos governantes no sentido que possibilita a perda dos cargos por descontentamento da sociedade em não considerar suas preferências, além de possuir um grau de transparência do que é exercido na política, o que contribui para eficiência do mandato (MARTINS, 2009).

Uma característica do modelo de democracia é que ela possibilita uma descentralização no poder, fazendo com que a eficiência alocativa seja fortalecida. Essa quebra da centralidade de poder possibilita que políticas sejam melhores impostas à sociedade em níveis locais, melhorando a eficácia e participação popular da população, gerando melhores índices de qualidade de vida a esta, com serviços públicos mais robustos (MARTINS, 2009).

Rodrik (1997) cita quatro particularidades de que a democracia é melhor que um regime de autocracia, sendo a primeira de que as taxas de crescimento de longo prazo são mais previsíveis, a segunda, que independente da taxa de crescimento no longo prazo, têm menores instabilidades nos resultados econômicos. O terceiro, garante que a liberdade civil e os direitos políticos têm melhores tratativas econômicas aos choques externos. Por último, cita que produzem maiores riquezas e a distribuição destas, pagam maiores salários e os indivíduos vivem melhor.

Ainda que as análises históricas tenham levantado importantes pontos de debate quanto ao desempenho econômico – crescimento da renda – e político – ordem e estabilidade – das autocracias e democracias, estudos empíricos permitiram um importante avanço sobre a eficiência dos diferentes tipos de regimes. As democracias garantem desempenho econômico superior e menos instável, e ainda que sejam mais instáveis em períodos de crises econômicas, grande parte da queda das democracias está relacionada à ocorrência anterior de golpes de Estado, o que pode significar que as rupturas são resultado de características estruturais, que os ciclos econômicos aprofundariam as contradições existentes em determinados sistemas políticos e sociais (SPOSITO, 2019, p. 44).

Nas pesquisas formuladas por Sposito (2019), as relações entre renda per capita e modelo de regime do país para sua estabilidade, pode ser maior em países que têm menores distribuições de renda, causando maiores instabilidades.

Baseando-se em suas observações, os autores questionam a hipótese dos teóricos da modernização de que as democracias emergem devido a uma acumulação progressiva de mudanças estruturais. A hipótese aceita pelos autores é que os regimes se tornam democráticos de forma exógena e que uma sociedade moderna apenas possibilita maior estabilidade à democracia. Seus dados mostram que as ditaduras sobrevivem quase que sem exceção em países com renda per capita inferior a US\$1000, tendo probabilidade de cair de 0,0198. Essa probabilidade aumenta para 0,28 para aqueles com renda superior a \$1001, para 0,526 para aqueles com renda

superior a \$5000, voltando a recair para 0,441 para países com renda per capita superior a \$6000. Portanto, as ditaduras são menos estáveis em países com desenvolvimento econômico intermediário, e a modernização apenas pode criar os pré-requisitos para o conflito político, sendo o início da transição imprevisível já que depende de atores políticos, seus interesses e crenças (SPOSITO, 2019, p. 42).

Segundo Martins (2009) a democracia juntamente com o livre mercado tende a confirmar os mecanismos que fazem as demandas sociais ficarem sobre a égide do Estado. Com efeito, espera-se que ela traga mais participação e liberdades políticas, eficiência dos governos e melhor qualidade do desenvolvimento:

### **1.7 Eficiência do Governo**

O princípio da eficiência define que todos os órgãos do governo prestem os serviços públicos com imparcialidade e neutralidade para resolver os conflitos, atendendo a sociedade, além disso, a administração deve ser transparente, para minimizar a prática de subornos e corrupção, alocando melhor os recursos para alcance dos resultados (CASTRO; JACOB; CASTRO, 2017).

Deve ser compreendido como princípio da eficiência a busca da melhor relação custo e benefício, atendendo os interesses da população, porém, o estado é induzido a destinar recursos para certas políticas públicas para atender as necessidades básicas do indivíduo, não compreendendo a relação custo e benefício. Portanto governos eficientes são aqueles que melhor servem os interesses da sociedade, com o menor custo, máxima utilização dos meios e no menor tempo (CASTRO; JACOB; CASTRO, 2017).

A palavra eficiência descende do latim *efficientia* e tem como significado a habilidade de se obter um determinado efeito, força ou eficácia. Já de acordo com o dicionário brasileiro Aurélio, eficiência significa ação, força, virtude de produzir um efeito ou eficácia (MORAIS, 2014). Ainda de acordo com a autora, o conceito de eficiência diz respeito à realização das atribuições com o máximo de rapidez e prontidão, e com maior qualidade. Além disso, a eficiência deve ser entendida e medida tanto qualitativamente como quantitativamente:

O princípio da eficiência possui o condão de gerar mudanças no comportamento funcional da Administração, o artigo 39, § 7º, da C.F/88, dispõe que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios disciplinarão a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade (MORAIS, 2014, p.101).

Além disso, sobre a prestação de serviços do governo pode-se afirmar que:

Ainda sob a égide constitucional o princípio da eficiência detém uma relação de intrinsecabilidade com o Direito do Consumidor, na medida em que a sociedade, através da prestação de serviços públicos, se caracteriza como usuária e consumidora destes, fazendo com que a eficiência seja um elemento indispensável no fornecimento dos bens e serviços pela Administração Pública. Destaque-se, também, que a busca pela eficiência na execução dos serviços públicos através de meios eficazes e capazes para a consecução do interesse social resulta na integridade do princípio constitucional da dignidade humana (MORAIS, 2014 p.101).

A reforma administrativa dada pela emenda constitucional nº 19/98 incluindo o princípio da eficiência no caput do artigo 37, visa obter uma máquina pública mais eficiente, devendo o cidadão receber os serviços públicos com uma maior qualidade e um menor custo por parte do estado. Tal reforma se deu para garantir a qualidade e eficiência, impedindo que os gastos aumentem, de forma que consuma o orçamento e recursos públicos (CASTRO; JACOB; CASTRO, 2017).

## **1.8 Indicadores globais de governança - WGI**

Os indicadores globais de governança (WGI) foram criados para comparar índices de governança entre vários países. O WGI consiste em seis indicadores compostos de ampla dimensão, realizados em mais de 200 países desde 1996. São eles: Voz e responsabilidade, Estabilidade política e Ausência de violência, Eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção. Os indicadores são coletados em mais de 31 fontes de dados diferentes com inúmeras variáveis, capturando percepções de ‘convidados da pesquisa’, organizações não

governamentais, dados de comércios, e organizações do setor público do mundo todo (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2009 apud MARINO 2016).

De acordo com o Banco Mundial (2014 apud MARINO, 2016), para a criação dos indicadores, as fontes de dados são redimensionadas e combinadas utilizando uma metodologia estatística conhecida como *Unobserved Components Model*, em que são geradas margens de erro para cada estimativa de governança, que precisa ser levada em conta ao se fazer comparações entre países e ao longo do tempo.

Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2009 apud MARINO 2016), explicam que essas margens de erro estão relacionadas com a inevitável incerteza associada à medição da governança entre os países, e vêm diminuindo ao longo do tempo, com a adição de novas fontes de dados para os indicadores. Além disso, as margens de erro dos WGI são substancialmente menores do que para qualquer uma das fontes individuais.

A utilização desses indicadores fornece *insights* em governança que são difíceis de obter até mesmo por meio de medidas mais objetivas ou quantificáveis. Além disso, praticamente todas as medidas de governança e do clima de investimento em um país dependem, em alguma medida, de julgamento, de modo que a distinção entre o “subjetivo” e o “objetivo” pode se tornar uma falsa dicotomia (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2009 apud MARINO 2016).

Esses índices geram inseguranças quanto às informações apresentadas e suas metodologias, porém o próprio banco mundial, reafirma a importância e apresenta respostas às dúvidas dos pesquisadores (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2010, apud AGUIAR FILHO et al., 2016)

Em função do amplo conjunto de países cobertos, da sofisticação da metodologia estatística e pela qualidade da documentação, os índices do Banco Mundial têm se firmado como os indicadores de governança mais amplamente utilizados e citados como referências (KNOLL; ZLOCZYSTI, 2012, apud AGUIAR FILHO et al., 2016)

## **2 QUESTÕES METODOLÓGICAS**

### **2.1 Apresentação do capítulo**

Neste capítulo dois será abordado o modelo econométrico usado para relacionar toda a bibliografia descrita no primeiro capítulo com os indicadores de governança para descrever os níveis de crescimento e desenvolvimento ligadas a elas. Este trabalho teve como base o artigo de Caetano et al. (2019) que utilizou o modelo de dados em painel para analisar os indicadores socioeconômicos da América Latina de 2004 a 2014, embora nesta presente monografia optou-se por analisar a série de tempo dos dados do Brasil apenas.

### **2.2 Banco de dados e metodologia econométrica**

#### **2.2.1 Fonte de dados e descrição das variáveis**

Neste estudo, foi utilizada como variável do crescimento econômico, o Produto Interno Bruto (PIB), cuja série foi extraída por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já em termos de desenvolvimento econômico, a variável escolhida como variável dependente foi o IDH, calculada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base no relatório de desenvolvimento humano.

As variáveis explicativas foram escolhidas a partir do Banco Mundial, relacionadas ao Índice de Governança dos países. Sendo elas: Voz e Participação Popular (va), medindo a participação que os indivíduos têm de escolher seus governantes, liberdade de expressão e liberdade de imprensa; Estabilidade Política e Ausência de Violência e Terrorismo (os), que mede a probabilidade de instabilidade política ou violência por motivos políticos, incluindo terrorismo; Eficácia Governamental (ge), indicando a qualidade dos serviços públicos, qualidade de formulação e implementação de políticas, sem a interferência de pressões políticas, assim como o comprometimento que o governo tem com as mesmas; Qualidade Regulatória (rq), mostrando a capacidade do governo em formular e implementar

políticas e regulamentos que permitam o desenvolvimento do setor privado; Estado de Direito (rl), apresentando a percepção da confiança que os agentes têm e o quanto eles respeitam as regras sociais, em especial a qualidade da execução dos contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais; e o Controle da corrupção (cc), medindo quão o poder público é exercido para ganhos privados, assim como a parcela do estado que é exercida pelo setor privado e a elite.

## **2.2.2 Modelagem econométrica**

### **Dados em Painel**

Dados em painel utilizam dados que são combinados na mesma unidade em um corte transversal durante uma linha de tempo, podendo ser analisada ambas as dimensões, melhorando a análise empírica.

Gururati e Porter (2011) apresentam o modelo com dados em painel, com algumas vantagens interessantes, como a maior quantidade de informação, maior variabilidade dos dados, menor colinearidade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência.

### **Regressão Pooled Data**

Segundo Adriano (2012), o modelo Pooled data ou modelo "empilhado", obtido conforme o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) não se preocupa com a interação entre *cross-section* e o tempo. Para Mesquita, Fernandes e Figueiredo Filho (2020), o modelo MQO pressupõe que todas as unidades são obtidas na mesma regra de regressão, mesmo que as unidades apresentem diferenças, ele considera o conjunto de variáveis independentes. Sendo assim, os principais fatores que fazem a distinção entre as observações já estão expostos no modelo, não sendo necessário controlar por outros fatores não observados.



## **Regressão de Efeitos Fixos**

Conforme Gujarati e Porter (2011), o modelo de efeitos fixos, embora o intercepto possa diferir entre indivíduos, cada intercepto individual é invariável no tempo. Em princípio, o objetivo da estimação dos efeitos fixos serve para capturar em um único coeficiente todas as características daquela unidade, mas que não variam durante o tempo da série, além de elementos que são capturados através de outras variáveis independentes.

## **Regressão de Efeitos variáveis**

O modelo de efeitos aleatórios utiliza a variável aleatória como um intercepto e não uma constante, sendo assim, as variações regionais são identificadas por oscilações aleatórias em torno de uma média constante. Como esse modelo possui correlação de erro do indivíduo em outros períodos, utiliza-se o modelo de método de Mínimos Quadrados Generalizados (MQG) (GUJARATI; PORTER, 2011). Desta forma, assume-se que os erros individuais não estão correlacionados entre si e também não estão correlacionados entre aquelas unidades de corte transversal e das séries temporais (SMOLSKI, 2019).

## **Comparação para escolha dos modelos**

O teste de Breusch e Pagan será usado para verificar qual será o melhor modelo a ser adotado na análise, comparando o modelo pooled com o de efeitos aleatórios. Conforme descrito por Smolski (2019), a aceitação da hipótese nula implica que o modelo de dados agrupados (pooled) é preferível.

Já o teste de Hausman será usado para verificar se o modelo de efeito fixo ou o de efeitos aleatórios possui a melhor estatística. Assim, quando a hipótese nula do teste for rejeitada, indica que o melhor modelo é o de efeito fixo, pois os efeitos aleatórios provavelmente estão correlacionados com um ou mais regressores (GUJARATI; PORTER, 2011).

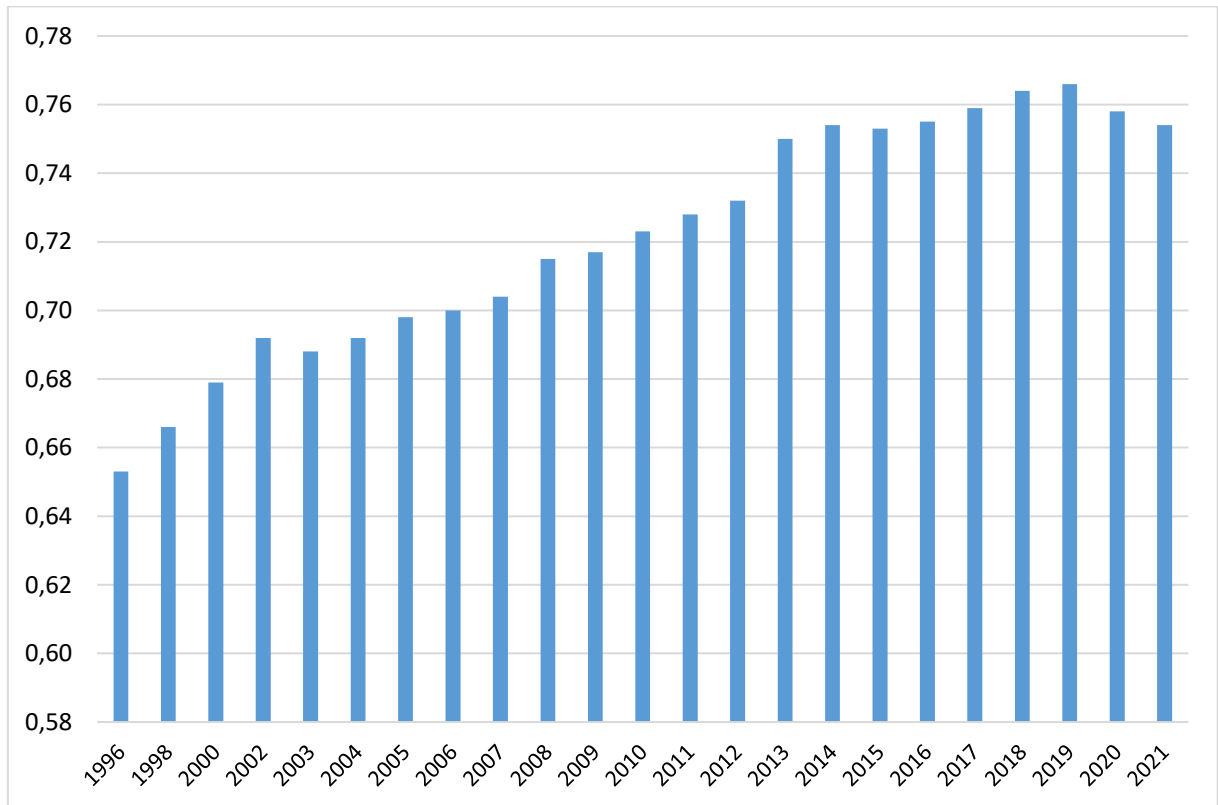
### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Resultados da estatística descritiva**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado no Gráfico 1, tem seus números sempre crescentes ao longo dos anos. Um dos pilares do índice é a renda, ou o PIB per capita, que também sempre está crescendo. Todavia, essa análise tem suas limitações, pois no mesmo momento que o PIB per capita do país aumenta, sua desigualdade também aumenta, como apresentado pelo IBGE, em que a renda média do trabalhador brasileiro se tornou estável ou constante com as oscilações anuais. Isso exemplifica de forma direta a razão pela qual não se deve analisar o desenvolvimento econômico apenas pelo IDH.

O IDH brasileiro ficou em 0,754 em 2021, apresentando quedas nos últimos anos, principalmente na variável saúde, que sofreu impacto da pandemia do coronavírus, em que o país ficou em segundo lugar no número absoluto de mortes, atrás apenas dos Estados Unidos. O IDH global ficou em 0,732 ficando o Brasil acima deste, ou seja, é considerado elevado, porém, trouxe resultados do ano de 2014, quando o IDH atingiu 0,754, diferentemente da média mundial que retornou a patamares de 2016.

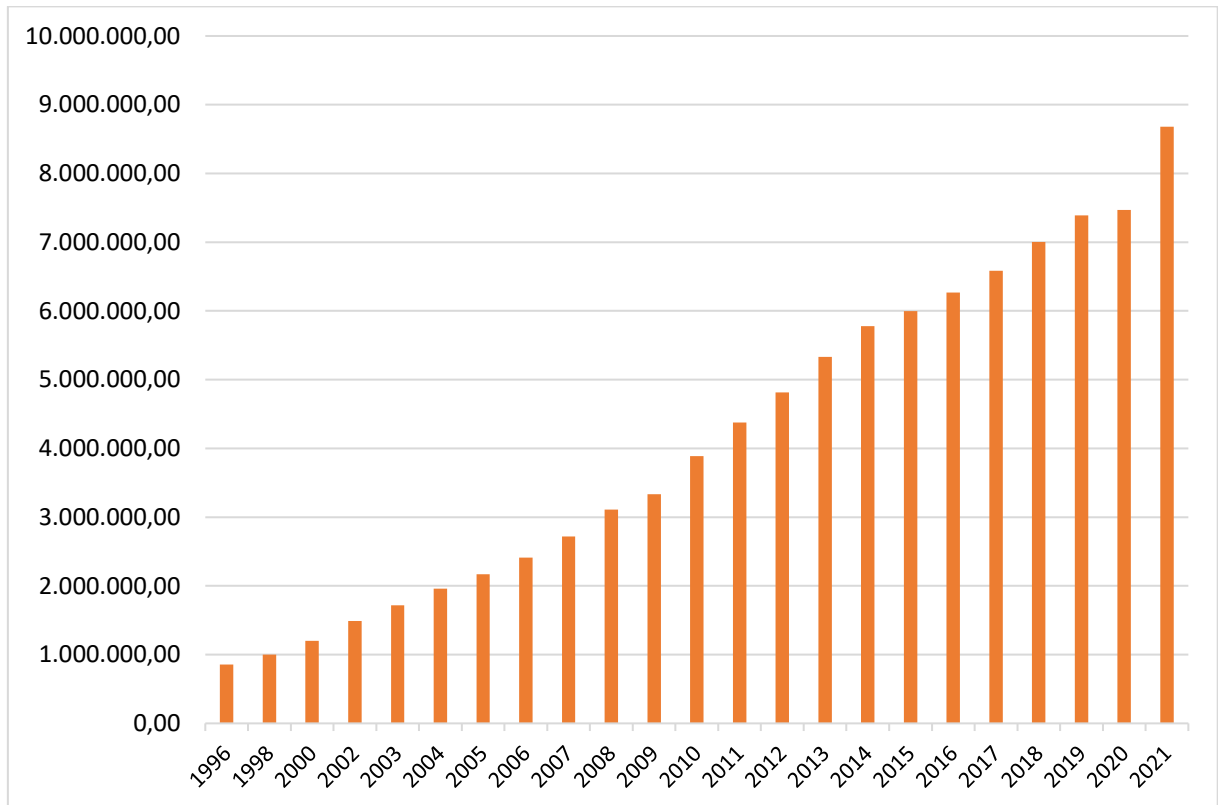
Gráfico 1 - Evolução do IDH no Brasil durante os anos de 1996 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNUD

O Gráfico 2 apresenta a evolução do PIB durante os anos de 1996 até 2021, com exceção dos anos de 1997, 1999 e 2001, anos não presentes na pesquisa dos indicadores de governança. No ano de 2020 devido a pandemia causada pelo coronavírus houve uma estagnação do crescimento do Produto Interno Bruto.

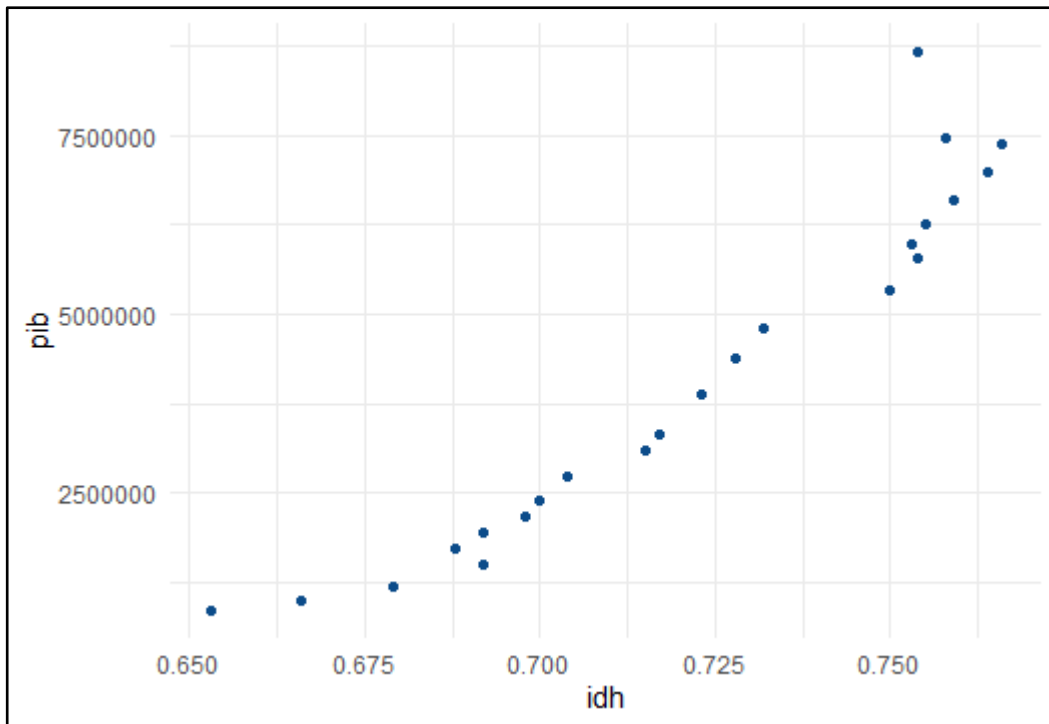
Gráfico 2 - Evolução do PIB no Brasil durante os anos de 1996 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Diante disso, analisa-se uma correlação positiva entre o PIB e o IDH, durante os anos de 1996 a 2021, com exceção dos anos de 1997, 1999 e 2001, no valor de 0,955, ou seja, quando uma variável cresce, a outra também tende a aumentar.

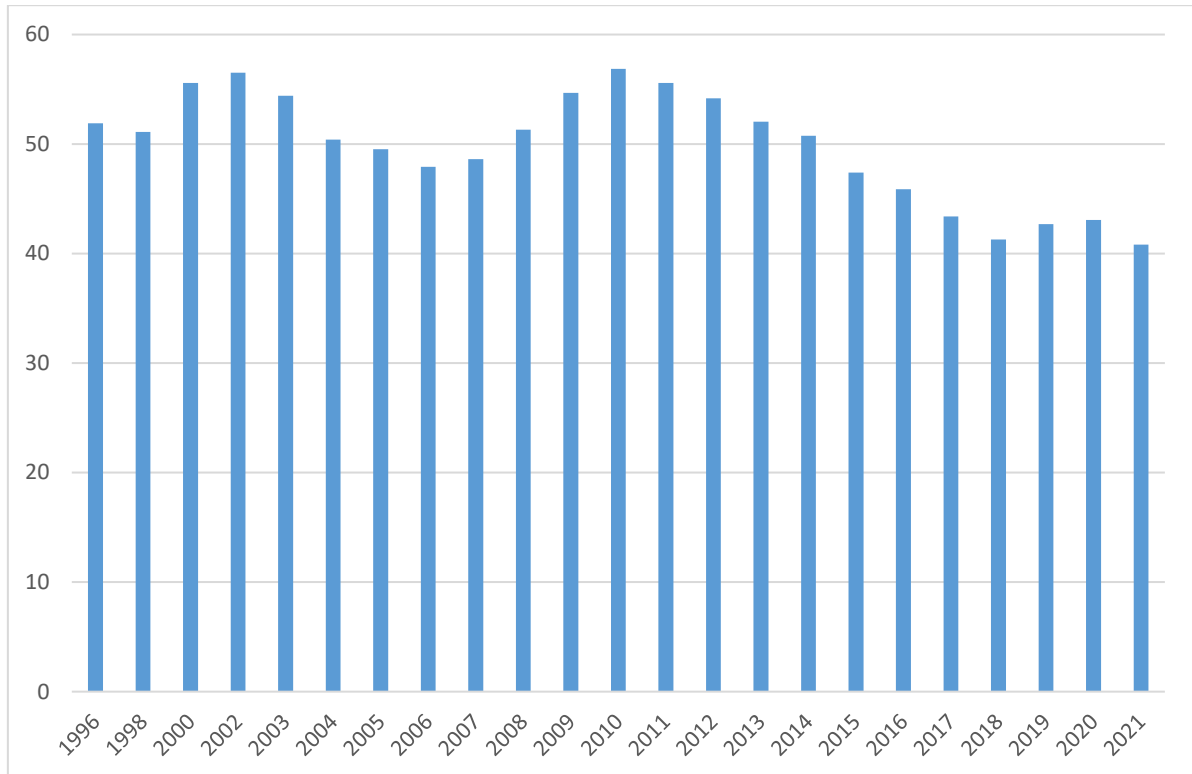
Gráfico 3 - Correlação entre as variáveis PIB x IDH



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e da PNUD

Ao se obter as médias das variáveis dos indicadores de governança, é possível observar uma grande queda durante os anos de 2004 a 2008, acentuando-se após 2014. No ano de 1996, o índice de controle de corrupção era de 56,99, enquanto que em 2021 decaiu para 34,62. Já o índice de eficácia do governo passou de 50,82 para 35,10, respectivamente no período de 1996 e 2021, sendo esses os índices com maiores variações conforme explicito na Tabela 1.

Gráfico 4 - Variações das médias das variáveis que compõem o WGI no Brasil de 1996 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

Tabela 1 - Tabela de Indicadores de Governança do Brasil de 1996 a 2021

Ano	va	os	ge	rq	rl	cc
1996	57,50	38,83	50,82	63,04	44,22	56,99
1998	58,71	34,04	49,73	63,04	45,00	56,15
2000	58,21	53,44	59,02	62,50	42,29	57,98
2002	62,69	57,14	56,22	60,54	43,78	58,73
2003	62,19	41,71	59,46	60,54	42,79	59,79
2004	60,58	36,41	53,73	55,72	41,35	54,68
2005	63,94	37,86	50,49	54,41	38,76	51,71
2006	61,06	35,27	40,98	53,92	43,06	53,17
2007	63,94	32,85	45,63	52,43	42,11	54,85
2008	63,94	33,65	51,46	54,37	46,63	57,77
2009	62,56	51,18	50,72	55,98	51,18	56,46
2010	65,88	45,97	53,59	59,81	55,45	60,48
2011	63,38	41,23	49,29	59,72	56,81	63,03
2012	62,91	46,45	49,76	56,87	52,58	56,40
2013	60,56	36,97	50,71	56,40	52,58	54,98
2014	62,07	42,86	46,63	50,96	57,69	44,23
2015	62,07	34,29	47,12	48,08	51,44	41,35
2016	62,07	31,90	46,15	47,60	47,12	40,38
2017	61,08	29,52	41,35	48,56	43,75	36,06
2018	58,94	30,19	34,13	40,87	44,23	39,42
2019	56,52	21,23	41,83	49,04	47,12	40,38
2020	57,00	31,13	36,06	48,08	46,63	39,42
2021	56,04	28,77	35,10	48,08	42,31	34,62

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

### 3.2 Resultados do modelo econométrico

Diante dos resultados dos modelos ajustados neste trabalho e obtidos com o software R, a Tabela 2, mostra que as análises dos modelos constituídos visam observar a influência dos indicadores de governança, medido pelo WGI, com os índices de desenvolvimento humano, dado pelo IDH e a taxa de crescimento econômico, calculado pelo PIB.

Tabela 2 – IDH e PIB do Brasil segundo os modelos de dados em painel para os dados de 1996 a 2021

Variáveis	IDH		PIB	
	Coeficientes	Pr(> t )	Coeficientes	Pr(> t )
Intercept	0.83637263	0,000	16106347	0,049
Voz e participação popular (va)	-0.00033431	0,844	-95511	0,435
Estabilidade política Ausência de Violência e terrorismo (os)	-0.00011074	0,826	-12276	0,734
Eficacia Governamental (ge)	0.00058391	0,511	-31332	0,621
Qualidade regulatória (rq)	-0.00390055	0,012	-136301	0,188
Estado de direito (rl)	0.00309193	0,000	192876	0,000
Controle da corrupção (cc)	-0.00100158	0,261	-114010	0,082
R2	0.891		0.887	
Estatística F	21.825		20.988	
n. de observações	23		23	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial IBGE e PNUD

Para se chegar no melhor resultado, diante dos diversos modelos analisados, foram feitos dois testes, o primeiro de Brusch Pagan para definir se o modelo de efeitos pooled se apresenta melhor que o de efeitos aleatórios, confirmando que o modelo de dados empilhados se apresentou superior tanto no modelo de desenvolvimento, quanto do PIB. Após isso foi realizado o teste de Hausman, que define se o modelo de efeitos fixos se sobressai ao de efeitos aleatórios, o resultado foi de não rejeitar a hipótese nula, indicando que o modelo pooled é o mais adequado, nos dois modelos econométricos. Portanto o modelo usado na Tabela 2 foi o modelo pooled ou dados empilhados.



O modelo de desenvolvimento humano, mostrou que o Estado de direito é a variável com maior significância, com um nível menor que 1%. Em seguida a variável Qualidade regulatória com significância também elevada, de 1%. Assim, essas variáveis se mostraram ter uma relação positiva com o IDH, além disso, o modelo obteve um elevado coeficiente de determinação ( $R^2=89,11\%$ ) e estatisticamente altamente significativo, com F de significância de 0,00.

Avaliando o modelo de crescimento econômico, pelo viés do PIB, a variável que se mostrou mais significativa foi a Estado de direito, assim como no modelo de IDH, com nível de significância menor que 1%. O controle da corrupção também se apresentou significativo, porém com um nível de significância de 10%. Este modelo também tem alto grau de poder explicativo, com um  $R^2 = 88,73\%$ , confirmado pelo teste F com p-value = 0,00.

O controle da corrupção citado por Ramalho (2006) no capítulo 1, relaciona o conceito dos indicadores de governança, dizendo que as práticas corruptas sempre partem por intervenção do estado na economia, já que é este que define os comportamentos econômicos através das políticas públicas. Podemos verificar a comprovação de seu estudo através da correlação que os indicadores de Qualidade regulatória, que calcula a eficiência do governo em promover o desenvolvimento do setor privado através de políticas e regulamentos, e a eficácia do governo, que promove a qualidade dos serviços públicos e suas políticas. Tais índices tiveram uma correlação com a corrupção de respectivamente 0,87 e 0,80.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado com embasamento em diversos artigos que tratam dos dados de governança, porém este procurou revelar o impacto que estes tem com o Brasil. e levou a identificar a relação dos indicadores de governança do banco mundial (WGI) com os índices de desenvolvimento humano (IDH) e a taxa de crescimento, dada pelo Produto Interno Bruto (PIB).

Durante muitos anos o conceito de desenvolvimento foi definido como a soma do valor dos bens que uma economia era capaz de produzir, porém isso foi deixando e criando mudanças a partir do final do século XX, quando os conceitos de crescimento e desenvolvimento começaram a se diferenciar. O desenvolvimento é uma palavra difícil para se definir em um conceito, pois cada autor o classifica de uma maneira.

A literatura usada como referencial neste trabalho apontou que o desenvolvimento como pode ser tratado como expensor das liberdades, estas incluem o papel constitutivo, que incluem o ser humano de uma vida livre de fome, subnutrição, além das capacidades de leitura, participação política e liberdade de expressão. O outro meio é o papel instrumental, que direciona para o progresso do crescimento econômico, constituindo como um dos principais meios para o desenvolvimento, assim como citam os demais autores, é fundamental, porém não deve ser o único.

Os direitos fundamentais abordados no primeiro capítulo surgiram como um marco, garantindo maiores liberdades do indivíduo a sua propriedade e intelecto particular, reduzindo o poder do estado. Porém logo em sua segunda revolução teve uma retomada do estado sobre os direitos sociais, em prol da desigualdade gerada pela revolução industrial e o crescimento populacional. Em sua última dimensão, relata uma crítica ao cenário atual, da liberdade que os indivíduos da máquina pública têm em seus cargos de confiança, que muito envolve esquemas de corrupção e diminui a eficiência do estado e seu papel no desenvolvimento.

O tópico abordado sobre felicidade apresenta estudos sobre o efeito desta na sociedade, sintetizando que a renda traz pouco bem-estar subjetivo para países mais desenvolvidos, já que estes apresentam uma menor correlação com aumento de renda e bem-estar, enquanto nos países pobres isso se inverte. Além disso, países

mais ricos também possuem democracias mais avançadas, contribuindo para manutenção e respeito dos direitos fundamentais, do aumento das variáveis do WGI, já que tem melhor representação, menor corrupção, mais eficiência do governo nas áreas principais como saúde e educação. O estudo também traz a relação do desemprego, que pode diminuir a autoestima dos indivíduos, causando um grande custo social, o que impacta o desenvolvimento.

A estabilidade política abordada no capítulo 1, traz à tona o impacto que a democracia possui na manutenção e crescimento de um país, tratando que países com renda superior têm menos probabilidade de sofrerem com ditaduras e tem uma maior estabilidade ao regime democrático. Apesar de não ser uma variável significativa no modelo, a estabilidade política garante que os cidadãos possam exercer uma melhor participação nas decisões políticas, isso descentraliza o poder, fazendo com que os governantes escolhidos, possam direcionar resultados para uma maior eficiência com os serviços públicos, que são primordiais no desenvolvimento.

Quando se aborda a eficiência do governo, é previsto que este realize o planejamento das melhores alocações de recurso para atender a sociedade, com otimização dos gastos e combate da corrupção, pois a administração pública tem elevado impacto na qualidade de vida da população, com os principais componentes do IDH, como educação, saúde e renda. Devendo o estado realizar a prestação de serviços de alta qualidade para o desenvolvimento da nação em um tempo hábil e no menor custo possível.

A conclusão desta monografia, ressalta a importância do impacto dos indicadores de governança no crescimento e desenvolvimento do país, já que podem contribuir para classificar e atribuir melhor as políticas públicas a partir dos dados. Assim, de acordo com os resultados econométricos obtidos com os dados em painel, para melhorar o índice de desenvolvimento humano, é necessário a adoção de políticas que elevem os indicadores de Estado de direito e qualidade regulatória. Para o crescimento do PIB, devem-se levar em conta as variáveis de Estado de direito e controle da corrupção. O estado de direito deve ter uma atenção especial, já que é significativa em ambos os modelos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR FILHO, Antonio; TOMÉ, Marco Antônio; FARIAS, Adilson de Brito; MACHADO JÚNIOR, Celso; RIBEIRO, Daielly Nassif Mantovani. **RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DE GOVERNANÇA DOS PAÍSES E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO**. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 53-70, 13 fev. 2019.

ALMEIDA, Silvanildo José de et al. **Instituições e crescimento econômico de longo prazo: uma análise em painel espacial com ênfase na América Latina e Caribe no período de 1975-2016** - Disponível em: [https://en.anpec.org.br/calendar\\_files/dia-08.php](https://en.anpec.org.br/calendar_files/dia-08.php). Acesso em 16 junho, 2022

CAETANO, Francisco Aquiles de Oliveira; ARAÚJO, Jair Andrade de; KHAN, Ahmad Saeed. Fatores condicionantes do desenvolvimento socioeconômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva do PIB e dos indicadores globais de governança. **Interações (Campo Grande)**, [S.L.], p. 95-109, 21 mar. 2019. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1646>.

CARNEIRO, Douglas Mesquita; BAGOLIN, Izete Pengo. Abordagens acerca da relação crescimento econômico, desigualdade e pobreza. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 16, n. 30-31, p. 05-20, dez. 2012.

CASTRO, Marcela Moura. CASTRO, M.B. de Moura. CASTRO, M.A. **PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000113, 16/10/2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/principio-da-eficiencia-da-administracao-publica-qualidade-de-servicos-prestados-sociedade>. Acesso em: 22/06/2022.

CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Revista de Economia Política**, S.l, v. 4, n. 26, p. 518-536, dez. 2006.

DALBERTO, Cassiano Ricardo et al. Índice de Desenvolvimento Humano eficiente: uma mensuração alternativa do bem-estar das nações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, S.l, v. 2, n. 45, p. 337-363, ago. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). Relatório Corrupção: custos econômicos e propostas de combate, 2010. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/relatorio-corrupcao-custos-economicos-e-propostas-de-combate/>. Acesso em: 05 Maio. 2022.

FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. Econometria: exemplo de dados em painel em R - Torres-Reyna data. Disponível em: <https://rstudio-pubs->

[static.s3.amazonaws.com/609172\\_111e07fc85304664911854a5b47f7cd9.html](http://static.s3.amazonaws.com/609172_111e07fc85304664911854a5b47f7cd9.html).  
Maio, 2020.

GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de Governança. In: CONGRESSO NACIONAL CONPEDI, 14., 2005. **Anais...** Fortaleza, novembro de 2005. Disponível em [https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis\\_1258398685850\\_alcindo\\_goncalves\\_o\\_conceito\\_de\\_governanca.pdf](https://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf). Acesso em: 28 abril, 2022.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 73, 31 maio 2005. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2005v7n1p73>.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5. ed. New York: Amgh Editora, 2011. 918 p.

HAYASHI, F.E.H. **O impacto da corrupção sobre o desenvolvimento dos países**. 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d8ab1a52f058358b>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB**. Brasil, 2022.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo, The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues (September 2010). World Bank Policy Research Working Paper No. 5430, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1682130>

NELSON, Aline Virginia Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Ramos. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como Liberdade: a evolução de um conceito. **Desenvolvimento em Questão**, [S.L.], v. 16, n. 42, p. 42-71, 29 dez. 2017. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.42-71>.

MARINO, Pedro de Barros Leal Pinheiro *et al.* Indicadores de governança mundial e sua relação com os indicadores socioeconômicos dos países do Brics. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 50, n. 5, p. 721-744, out. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612144359>.

MANDÚ, Maria Jaqueline Silva; FERREIRA, Leonardo Rodrigues; SANTOS, Sandberg Marcel. Análise Comparativa do índice de desenvolvimento humano (IDH) e sua aplicabilidade nas políticas públicas. **Revista Dissertar**, S.I, v. 1, n. 35, p. 87-98, nov. 2020.

MARTINS, Júlia Cadaval. DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: relação de identidade, instrumentalidade ou contradição?. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 97-110, dez. 2009.

MARTINS, Gisele do Nascimento Aguiar; ROSS, Steven Dutt. A influência da governança na percepção da corrupção: uma análise por países em 2016. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICA COM R, 3, 2018. **Anais...Niterói**: Rio de Janeiro, 2018.

MESQUITA, Rafael; FERNANDES, Antônio Alves Tôrres; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Uma introdução à regressão com dados de painel. **Revista Política Hoje**, S.I, v. 1, n. 29, p. 434-507, out. 2020.

MORAIS, Janaina Jacolina. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Faculdade Eduvale**, S.I, p. 99-105, jul. 2014.

OLIVEIRA, Leonardo Alves. A sétima dimensão dos direitos fundamentais. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 3, n. 2, p. 289-315, 2017.

RAMALHO, R. M. **Corrupção, instituições e desenvolvimento**: a corrupção tem impacto sobre o desempenho econômico? Editora FGV. São Paulo, 2006.

RODRIK, Dani. 1997. "Democracy and Economic Performance." Prepared for a conference on Democratization and Economic Reform in South Africa, Cape Town, January 1998.

RENZI, Adriano; HENZ, Aline Patrícia; RIPPEL, Ricardo. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: do crescimento à prosperidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 6, p. 65-77, nov. 2019.

SANTOS, Nagela Bueno et al. Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013. **Interações**, Campo Grande, v. 3, n. 18, p. 169-182, set. 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMOLSKI, Felipe Micail da Silva. Regressão com Dados em Painel. In: Software R: curso avançado. BATTISTI, Iara Denise Endruweit, SMOLSKI, Felipe Micail da Silva. Chapecó: UFFS, 2019. Disponível em <<https://smolski.github.io/livroavancado/index.html>>. Acesso em 10 setembro. 2022.

SPOSITO, Italo. Estabilidade política e eficiência econômica: as democracias têm melhor performance?. **Teoria & Pesquisa**: Revista de Ciência Política, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 23-46, jul. 2019. Revista Teoria e Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.31068/tp.28202>.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Rap**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 41, p. 909-933, out. 2007.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Corrupção e desenvolvimento**. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics\\_corruption/Campanha-2013/CORRUPCAO\\_E\\_DESENVOLVIMENTO.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Campanha-2013/CORRUPCAO_E_DESENVOLVIMENTO.pdf). Acesso em: 11 set. 2022.

YANG, Ko-Hsin (Christina). HUMAN DEVELOPMENT AND GOVERNMENT EFFECTIVENESS. Georgetown University ProQuest Dissertations Publishing, 2010

## ANEXO

```
##install.packages("plm",type="win.binary")
```

```
#install.packages("broom", type="binary")
```

```
library(readxl)
```

```
### Carregando O dataset ###
```

```
setwd("C:/Users/gstgu/Documents/PUC - MONOGRAFIA/Mono/Nova pasta")
```

```
wgi = read_xlsx("dados_wgi.xlsx", sheet="pronta")
```

```
wgi$idh <- as.numeric(as.character(wgi$idh))
```

```
wgi$ano <- as.character(as.numeric(wgi$ano))
```

```
##Modelo Painel##
```

```
library(plm)
```

```
wgi_painel=pdata.frame(wgi, index=c("state","ano"))
```

```
summary(wgi_painel)
```

```
##correlação PIB e IDH##
```



```
cor(wgi$idh, wgi$pib)
```

```
library(ggplot2)
```

```
ggplot(wgi) +
```

```
  aes(x = idh, y = pib) +
```

```
  geom_point(colour = "#0c4c8a") +
```

```
  theme_minimal()
```

```
##union por estado --> não usado
```

```
##library(dplyr)
```

```
##union <- inner_join(wgi, estado, by = "ano")
```

```
##wgi_painel_uf=pdata.frame(union, index=c("uf","ano"))
```

```
##summary(wgi_painel_uf)
```

```
##desenvolvimento##
```

```
## Pooled ##
```

```
des.pooled=plm(idh~va+os+ge+rq+rl+cc,
```

```
data=wgi_painel, model="pooling")  
summary(des.pooled)
```

```
pFtest(des.ef_w,des.pooled)
```

```
## Efeitos Fixos ##
```

```
# Efeitos Fixos - Estimador 'Within'
```

```
library(Rcpp)
```

```
des.ef_w=plm(idh~va+os+ge+rq+rl+cc,  
             data=wgi_painel, model="within")
```

```
summary(des.ef_w)
```

```
# Efeitos Fixos - Estimador 'Between'
```

```
des.ef_b=plm(idh~va+os+ge+rq+rl+cc,  
             data=wgi_painel, model="between")
```

```
summary(des.ef_b)
```

```
# Efeitos aleatorios
```

```
des.ea=plm(idh~va+os+ge+rq+rl+cc,  
           data=wgi_painel, model="random",  
           random.method = "walhus")  
  
summary(des.ea)  
  
###crescimento###  
  
## Pooled ##  
  
cresc.pooled=plm(pib~va+os+ge+rq+rl+cc,  
                 data=wgi_painel, model="pooling")  
  
summary(cresc.pooled)  
  
## Efeitos Fixos ## - Crescimento  
  
# Efeitos Fixos - Estimador 'Within'  
  
cresc.ef_w=plm(pib~va+os+ge+rq+rl+cc,  
               data=wgi_painel, model="within")  
  
summary(cresc.ef_w)  
  
library(Rcpp)
```

```
# Efeitos Fixos - Estimador 'Between'
```

```
cresc.ef_b=plm(pib~va+os+ge+rq+rl+cc,  
              data=wgi_painel, model="between")  
summary(cresc.ef_b)
```

```
# Efeitos aleatorios - Crescimento
```

```
cresc.ea=plm(pib~va+os+ge+rq+rl+cc,  
            data=wgi_painel, model="random",  
            random.method = "walhus")  
summary(cresc.ea)
```

```
## Resumo Desenvolvimento ##
```

```
#library(stargazer)
```

```
#stargazer(des.pooled, des.ef_w, column.labels = c("regressao pooled", "efeitos  
fixos"), title = "",  
#      align = TRUE, type = "text", otu = "resumo.tabs.text", style = "all", keep.stat =  
c("aic", "bic", "rsq", "adj.rsq", "n"))
```

```
##### union - não usado

#library(dplyr)

#union <- inner_join(wgi, estado, by = "ano")

#library(plm)

#wgi_painel=pdata.frame(wgi, index=c("state","ano"))
#summary(wgi_painel)

#wgi_painel=pdata.frame(union, index=c("uf","ano"))
#summary(wgi_painel)

#pib.pooled=plm(pibuf~va,
#             data=wgi_painel, model="pooling")
#summary(pib.pooled)

##Modelo Pooled x modelo de efeitos aleatorios
#Breusch e Pagan
#Desenvolvimento

plmtest(des.pooled, type="bp")
```

#Crescimento

```
plmtest(cresc.pooled, type="bp")
```

##Como o p value foi superior a 0,05 o modelo Pooled é superior ao modelo de Efeitos Aleatórios.

### Modelo Efeitos Fixos (within) x Modelo de Efeitos Aleatorios

# Teste de Hausman

#Se p-value > 0,05 EA superior ao EF

##Desenvolvimento - Hausman

```
phtest(des.ef_w,des.ea)
```

#Modelo de Efeito aleatorio superior ao de efeito fixo

##Crescimento - Hausman

```
phtest(cresc.ef_w,cresc.ea)
```